# AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE AUTONOMIA DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA NO PROCESSO DE VINCULAÇÃO AO CUIDADOR ESCOLAR

Analine de Sousa Fonseca[1]
Ana Paula Nunes da Silva[2]
Brenda de Fátima Teodósio Gomes Rabêlo[3]
Luís Alberto Henrique de Amorim[4]
Ênio Firmino Leandro Florêncio[5]

## 1 INTRODUÇÃO

A compreensão da deficiência tem sido ampliada por perspectivas que consideram as funções e estruturas do corpo, as atividades realizadas pela pessoa, sua participação e a influência dos fatores ambientais. A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), proposta pela Organização Mundial da Saúde, contribui para essa abordagem ao relacionar funcionalidade e contexto, superando explicações centradas exclusivamente na deficiência (Farias; Buchalla, 2005). No ambiente escolar, essa perspectiva ajuda a reconhecer barreiras e apoios que interferem na aprendizagem e na participação dos estudantes (OLIVEIRA et al., 2021).

A educação inclusiva exige que os apoios sejam organizados de acordo com as necessidades observadas nas situações cotidianas, o cuidador escolar pode apoiar atividades de vida diária, segurança e acessibilidade, mas a definição dos apoios deve considerar o contexto, as atribuições dos profissionais e as estratégias pedagógicas e institucionais disponíveis (Brasil, 2015; Oliveira, 2021; Matos; Simplício, 2022).

Na rede municipal de ensino de Princesa Isabel–PB, o Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) elaborou a Escala de Avaliação do Nível de Autonomia da Criança com Deficiência para sistematizar registros sobre necessidades de suporte em diferentes situações da rotina escolar. Sua construção tomou a CIF como referência conceitual para a compreensão da funcionalidade em sua relação com as atividades, a participação e os fatores ambientais. Trata-se de um instrumento institucional de registro e acompanhamento, desenvolvido para

[1] Analine de Sousa Fonseca - Psicóloga, bacharel pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), Especialista em Terapia Cognitiva Comportamental. E-mail: analinefonsecapsi@gmail.com.
[2] Ana Paula Nunes da Silva – Professora de Letras (Inglês) pela AESET e Pedagoga pela FASEC. Especialista em Literatura e Supervisão Escolar. E-mail: pauli.silva@hotmail.com
[3] Brenda de Fátima Teodósio Gomes Rabêlo - Pedagoga, pela Universidade Paulista (UNIP) Psicopedagoga, pela Faculdade Integrada de Patos (FIP). E-mail: brenda.ftgr@gmail.com
[4] Luís Alberto Henrique de Amorim – Psicólogo, bacharel pela Faculdade de Ciências da Saúde de Serra Talhada (FACISST). E-mail: luisamorim14@gmail.com.
[5] Ênio Firmino Leandro Florêncio – Psicopedagogo, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: eniolflorencio@gmail.com.

organizar informações sobre as necessidades de suporte em diferentes domínios funcionais e subsidiar o planejamento do acompanhamento escolar.

O objetivo deste estudo é analisar protocolos de avaliação da autonomia de estudantes com deficiência, identificando como os registros das rotinas escolares caracterizam necessidades de suporte nos domínios funcionais. Especificamente, busca-se descrever os níveis de suporte registrados, examinar diferenças entre os perfis e discutir como essas informações podem subsidiar o planejamento do acompanhamento escolar.

## 2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa documental, de caráter descritivo e exploratório, com abordagem quantitativa, desenvolvida a partir da análise de protocolos institucionais de avaliação da autonomia de estudantes com deficiência na rede municipal de ensino de Princesa Isabel–PB. A pesquisa documental caracteriza-se pela utilização de documentos como fonte de dados, possibilitando examinar informações registradas em determinado contexto e compreender aspectos da realidade investigada (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009). Segundo Gil (2008), esse tipo de pesquisa utiliza materiais que ainda não receberam tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da investigação.

A abordagem quantitativa foi adotada para organizar e analisar os dados registrados nos protocolos por meio de frequências absolutas, frequências relativas e medidas descritivas dos níveis de suporte em cada domínio funcional. Esse procedimento possibilitou identificar a distribuição das respostas, comparar as demandas registradas entre os domínios e descrever as variações observadas nos perfis funcionais dos estudantes.

Os instrumentos foram entregues aos professores em março de 2026 e preenchidos com base na observação das rotinas escolares. Foram distribuídos 20 protocolos; dez apresentaram dados suficientes para análise, enquanto os demais não foram devolvidos ou continham preenchimento incompleto ou insuficiente. Os estudantes foram identificados como P1 a P10. O instrumento contempla sete domínios e as respostas foram registradas em escala ordinal: 0 (independente), 1 (supervisão/orientação), 2 (ajuda parcial) e 3 (ajuda total). A opção NA foi tratada como dado ausente, não como pontuação zero. A análise reuniu frequências, percentuais e médias descritivas por domínio, considerando apenas respostas válidas. Não foram realizados testes inferenciais, nem análises de validade ou confiabilidade do instrumento.

## 3 REFERENCIAL TEÓRICO

A CIF oferece uma estrutura para compreender a funcionalidade como resultado da interação entre condições de saúde, atividades, participação e fatores contextuais. Sua aproximação com a escola inclusiva permite observar não apenas aquilo que o estudante realiza com autonomia, mas também as condições ambientais e os apoios necessários para participar das experiências escolares (Farias; Buchalla, 2005; Oliveira *et al.*, 2021). Na infância, essa leitura é especialmente relevante porque as demandas de suporte podem variar conforme a atividade e o contexto, sem que uma habilidade isolada represente o funcionamento global da criança (Paiva-Alves *et al*., 2016).

Nesse enquadramento, registros estruturados podem contribuir para o planejamento de apoios individualizados. Contudo, a identificação de uma necessidade não determina automaticamente qual profissional deve atendê-la: algumas demandas podem requerer adaptações de acessibilidade, organização do ambiente, estratégias pedagógicas, Atendimento Educacional Especializado ou articulação da equipe escolar. A escala analisada deve, portanto, ser compreendida como instrumento institucional de registro e planejamento, e não como mecanismo autônomo de decisão ou classificação.

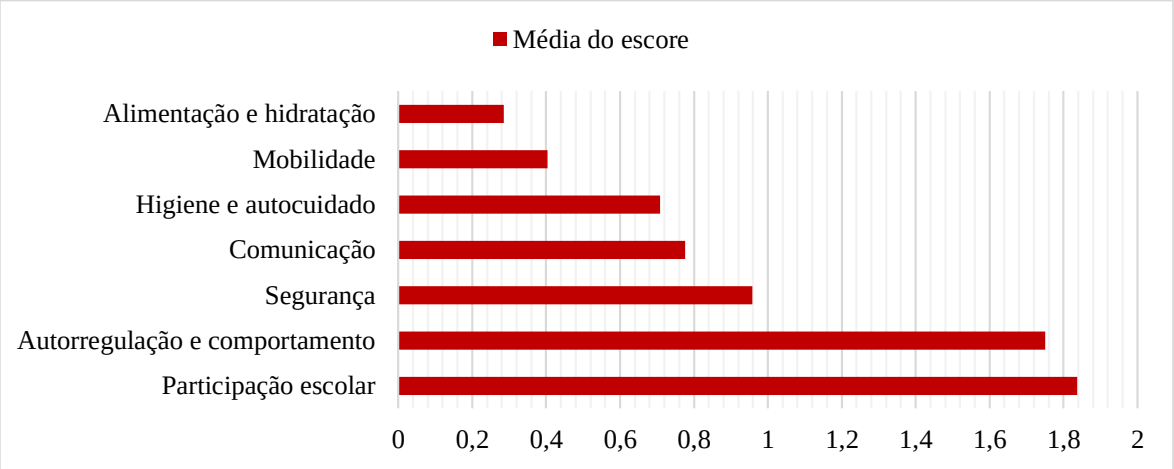
## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Escala de Avaliação do Nível de Autonomia da Criança com Deficiência buscou identificar o nível de autonomia da criança na vivência escolar a fim de subsidiar a equipe do Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) na análise da necessidade de apoio individualizado por cuidador ou profissional de suporte no contexto escolar. Vale salientar que a escala não tem finalidade diagnóstica, mas sim avaliativa e funcional, focada nas demandas de suporte que podem interferir na permanência e participação da criança no ambiente escolar.

Este instrumento buscou oferecer um registro sistematizado das necessidades de suporte do estudante, contribuindo para decisões educacionais que favoreçam a inclusão, segurança, bem-estar e participação efetiva nas atividades escolares. O instrumento fora preenchido pelos professores, preferencialmente com base na observação direta da criança em diferentes momentos da rotina escolar.

Os resultados evidenciaram perfis funcionais heterogêneos entre os estudantes avaliados, com diferentes níveis de necessidade de suporte nos domínios investigados. A distribuição dos níveis de autonomia por domínio é apresentada no Gráfico 1.

**GRÁFICO 1** – Perfil de autonomia e necessidade de suporte por domínio funcional.




FONTE: Elaborados pelos autores.

Os protocolos analisáveis indicaram perfis heterogêneos: as necessidades de suporte não se distribuíram igualmente entre os domínios nem entre os estudantes. Os registros apontaram maior frequência de apoio em participação escolar e autorregulação/comportamento, enquanto alimentação/hidratação e mobilidade concentraram mais respostas de independência. Essa diferença reforça que autonomia não é uma condição única: um estudante pode realizar atividades de autocuidado e deslocamento com pouca ajuda e, ao mesmo tempo, necessitar de mediação frequente para iniciar tarefas, seguir instruções, participar das atividades ou regular emoções.

A mobilidade no contexto escolar deve ser compreendida para além da capacidade individual de locomoção, considerando também as condições ambientais que favorecem ou limitam a participação dos estudantes. Na perspectiva da CIF os fatores ambientais podem atuar como facilitadores ou barreiras à funcionalidade e à participação social (Farias; Buchalla, 2005). No contexto educacional, essa compreensão implica reconhecer que a acessibilidade dos espaços, a organização do mobiliário e a existência de condições seguras de circulação podem influenciar as possibilidades de participação dos estudantes com deficiência nas atividades escolares.

Em participação escolar, os registros apontaram necessidade recorrente de apoio para iniciar e concluir tarefas e para acompanhar instruções. Em autorregulação e comportamento,

apareceram demandas relacionadas à tolerância à frustração, à espera e à intervenção para recuperar a organização emocional. Esses achados sugerem que a análise da autonomia escolar precisa ultrapassar as atividades de vida diária e considerar as condições para participação nas atividades coletivas e pedagógicas.

A análise do domínio da segurança evidencia diferenças entre as situações avaliadas, com maior concentração de registros que indicam necessidade de suporte nos itens relacionados à supervisão e ao reconhecimento de riscos. No reconhecimento de riscos, oito dos dez estudantes apresentaram pontuação diferente de zero. Na necessidade de supervisão constante, esse número foi de nove estudantes. Já no item referente à permanência no ambiente escolar sem fugir, cinco estudantes apresentaram pontuação diferente de zero, enquanto os outros cinco receberam pontuação zero. Em comunicação, as necessidades variaram entre compreensão de comandos, expressão de necessidades básicas e comunicação de dor ou desconforto. Já em higiene e autocuidado, alimentação/hidratação, os registros mostraram maior presença de independência, embora tenham sido identificadas necessidades específicas em determinadas tarefas.

Os resultados são compatíveis com uma abordagem funcional e contextual da deficiência: as necessidades de apoio variam de acordo com a tarefa e o ambiente, e não podem ser deduzidas apenas do diagnóstico. A sistematização dos protocolos pode auxiliar a equipe a formular perguntas de planejamento e identificar barreiras recorrentes. Ainda assim, a escala não determina isoladamente a vinculação individual ou compartilhada de cuidador, nem substitui avaliação contextual, diálogo com a equipe escolar e análise das atribuições profissionais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das necessidades de suporte deve considerar a heterogeneidade dos perfis funcionais dos estudantes, reconhecendo que as demandas de apoio podem variar entre os diferentes domínios da rotina escolar. Nesse sentido, a autonomia não deve ser compreendida como uma condição única, uniforme ou determinada exclusivamente pela capacidade de executar atividades da vida diária. Trata-se de uma condição que se expressa de maneiras distintas, conforme as demandas da atividade, as características do estudante e as barreiras ou os recursos presentes no ambiente.

A análise também permite refletir sobre a responsabilidade da instituição em favorecer a participação dos estudantes com deficiência. A organização das atividades, a adequação das

estratégias pedagógicas e a articulação entre os profissionais podem contribuir para ampliar as oportunidades de envolvimento nas experiências de aprendizagem.

A utilização da Escala não tem como finalidade estabelecer uma classificação geral dos estudantes segundo o grau de deficiência ou determinar, de forma isolada, a necessidade de cuidador. Seu propósito é caracterizar, individualmente, as necessidades funcionais de suporte apresentadas pelo estudante nas diferentes dimensões da rotina escolar. A análise agregada dos dados, por sua vez, permite identificar tendências e demandas recorrentes no conjunto avaliado, podendo subsidiar ações de planejamento e organização da rede de ensino. Dessa forma, enquanto a análise individual possibilita a elaboração de estratégias de apoio ajustadas às necessidades específicas de cada estudante, a análise coletiva pode contribuir para a identificação de demandas estruturais e institucionais, como acessibilidade, organização dos espaços, recursos de apoio e formação profissional.

## REFERÊNCIAS


BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015.

FARIAS, Norma; BUCHALLA, Cassia Maria. A classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde da Organização Mundial da Saúde: conceitos, usos e perspectivas. Revista Brasileira de Epidemiologia, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 187–193, 2005.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATOS, Érica Gonçalves de; SIMPLÍCIO, Antônia Karina Mota. A contribuição do cuidador escolar na Educação Inclusiva. Ensino em Perspectivas, v. 3, n. 1, p. 1–6, 2022.

OLIVEIRA, Mariângela Castilho Uchoa de, *et al*. O uso da CIF no contexto escolar inclusivo: um mapeamento bibliográfico. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 34, e15, p. 1–20, 2021.

PAIVA-ALVES, Cristiane et al. A produção científica da classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde para crianças e jovens – CIF-CJ. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 29, n. 56, p. 635–652, 2016.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v. 1, n. 1, jul. 2009.